



IV SISAMA

SIMPÓSIO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

06 a 08 de NOVEMBRO

ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NA ESCOLA INCLUSIVA

Simpósio de Saúde e Meio Ambiente, 4ª edição, de 06/11/2023 a 08/11/2023

ISBN dos Anais: 978-65-5465-072-4

DOI: 10.54265/YVJE9256

LIMA; Adriana Vilas Lima ¹, SOUZA; Lara Luiza Campos de ²

RESUMO

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é fruto de uma formação pluralista, democrática e transgressora, criando uma crise escolar, ou seja, uma crise de identidade institucional que, por sua vez, corrói a identidade do professor devendo ressignificar a identidade estudantil. É uma modalidade de educação que insere alunos com qualquer tipo de deficiência, transtorno ou altas habilidades, no ambiente escolar regular. Desta forma, todos os estudantes, com e sem deficiência, têm a oportunidade de conviver e aprender juntos (ALMEIDA;TANCREDI; SCHNOR, 2022).

Barboni *et al.* (2012) explicam que a atividade motora é de suma importância para o desenvolvimento global da criança e que é através da exploração motriz que a criança desenvolve a consciência de si mesma e do mundo exterior. Dessa forma, a aquisição das habilidades motoras está vinculada integralmente ao desenvolvimento da percepção de corpo, espaço e tempo. Essas habilidades constituem componentes de domínio básico tanto para a aprendizagem motora quanto para as atividades de formação escolar.

A Fisioterapia é definida como uma ciência aplicada, cujo objeto de estudos é o movimento humano em todas as suas formas de expressão e potencialidades, quer nas suas alterações patológicas, quer nas suas repercussões psíquicas e orgânicas, com objetivos de preservar, manter, desenvolver ou restaurar a integridade de órgão, sistema ou função (BARBONI *et al.*,2012).

Acreditamos que para desenvolver um trabalho de qualidade, a capacitação profissional e a interdisciplinaridade são requisitos fundamentais, pois implicam na contribuição da Fisioterapia com os educadores, na inserção, promoção de saúde e educação de escolares com deficiências. Sendo assim, o estudo objetiva descrever a importância do fisioterapeuta na inclusão escolar da criança com portadora de deficiência.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia deste estudo foi pautada na revisão bibliográfica, de caráter descritivo, sendo realizada uma busca nas bases de dados SciELO, Lilacs e PEDro. Os critérios de inclusão foram artigos que tivessem relação com o tema proposto, pesquisas com publicação entre 2012 a 2022, artigos completos, disponíveis online e textos na língua portuguesa. Realizou-se a leitura dos artigos pertinentes à pesquisa, utilizando as palavras chave: escola inclusiva, fisioterapia para escolares portadores de deficiência. Para critérios de exclusão não estão inseridos artigos que não refletem sobre a temática em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

¹ Centro Universitário Redentor Afya, adrianavilaslima@hotmail.com

² Centro Universitário Redentor Afya, lara.oliveira@uniredentor.edu.br

Para Almeida; Tancredi; Schnor (2022) o maior desafio para uma educação inclusiva são as dificuldades encontradas durante todo o processo educacional, destacando a falta de adaptação das escolas regulares e de professores que não recebem de modo adequado os alunos com deficiência em sala de aula, bem como a discriminação e do preconceito que se encontram na sociedade e, muitas vezes, na própria família. O termo inclusão surgiu na política como forma de pensar o homem moderno, tendo o mundo globalizado como referência, onde encontramos os que estão dentro e os que estão fora. E, no Brasil, o termo passou a circular em meados dos anos 1980, principalmente através de grupos políticos de esquerda brasileira. Sendo que, a partir do início do século XXI, se iniciaram com maior intensidade os debates acerca deste tema. A inclusão social, por sua vez, é uma ferramenta aplicada para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios mobiliários e meios de transporte), e na mentalidade de todas as pessoas, portanto, também do próprio portador de necessidades especiais. Já a inclusão escolar possibilita ao ser humano novos conhecimentos, com novas técnicas e formas para a produção da vida material, formando novas sociedades, culturas e formas de trabalho.

Almeida; Tancredi; Schnor (2022) fazem afirmações pertinentes acerca da criança com deficiência: apesar das limitações que possuem, têm potencialidades, capacidades e habilidades que, estimuladas adequadamente, podem trazer benefícios para si mesmas e para a sociedade em que convivem, permitindo-lhes revelar um universo criativo e inovador que, de outro modo, poderia ser reprimido ou mesmo neutralizado. O desenvolvimento motor é considerado como um processo sequencial, contínuo e relacionado à idade cronológica, pelo qual o ser humano adquire uma enorme quantidade de habilidades motoras, as quais progridem de movimentos simples e desorganizados para a execução de habilidades motoras altamente organizadas e complexas.

No século XVIII, as pessoas com deficiência ou alguma diferença em seu desenvolvimento eram vistas como um real problema na sociedade. Esse período antecedeu ao surgimento da Educação Especial, que consistiu numa realidade de segregação e preconceito, que fora necessária para a evolução educacional e social da época. A Educação Especial no Brasil surgiu como resultado de iniciativas de grupos de brasileiros interessados na causa das pessoas com deficiência e estimulados pelo que estava acontecendo na Europa e nos Estados Unidos. As primeiras manifestações em favor da Educação Especial no Brasil foram incentivadas por grupos isolados que viviam em uma sociedade em que nem todos tinham acesso à escolarização. Essa realidade deu origem às primeiras instituições em um caráter mais de assistência médica do que pedagógica. A educação é um fenômeno social, portanto é socialmente determinada. Estabelecer a relação entre educação e sociedade é considerar as demandas sociais do meio no espaço educacional, de forma a não separar ou privilegiar interesses, mas englobar as realidades dos diferentes sujeitos entendendo sua importância e sua história (BARBOSA; BEZERRE; 2021).

Educação Inclusiva surgiu com o propósito de extinguir a segregação e a discriminação das pessoas com deficiência no espaço escolar, proporcionando possibilidades para que a criança e/ou o adolescente com deficiência pudessem ter os mesmos direitos de aprendizagem relativos aos alunos ditos normais a educação e o ensino devem ser vistos como uma prática social e a escola, como um espaço de diversidade, ou seja, de acolhimento às diferenças. A Educação Inclusiva é uma ferramenta que possibilita ao aluno aprender de forma coletiva e individualizada, respeitando sua singularidade, seus ritmos e interesses (BARBOSA; BEZERRE; 2021).

Falar em inclusão nos remete às discussões sobre o direito à igualdade e o direito à diferença. As sociedades são, por mais homogêneas que tentem aparentar, multiculturais em sua essência. Não há país ou grupo social no qual todos os indivíduos sejam ou hajam da mesma forma, ou que professem a mesma fé, ou tenham as mesmas aspirações. Tanto nas suas ações cotidianas em busca da sobrevivência, como nas interpretações simbólicas da existência, os seres humanos são absolutamente únicos. Um grupo se constrói por uma necessidade histórica de estar junto aos outros (SILVA; PEDRO; JESUS, 2017).

A educação inclusiva, embora trate prioritariamente de crianças, não se refere somente a elas, mas de todos, jovens e adultos. Pela histórica prática de exclusão, em nosso país temos um grande contingente de jovens e adultos analfabetos ou analfabetos funcionais que demandam oportunidade de reinserção na escola. E este segmento também exige uma atenção especial,

dadas as suas características específicas, principalmente por já se encontrarem, em sua maioria, inseridos no mercado de trabalho e a muito ausentes do sistema escolar ou mesmo, sem nunca a ter frequentado (SILVA; PEDRO; JESUS, 2017).

É fundamental que a educação inclusiva tenha um caráter interativo e transversal, que esteja focado na resposta educacional e não na deficiência ou outra condição de desvantagem, mais fundada na perspectiva social que limita ou o impede de ter as mesmas oportunidades de desenvolvimento pessoal, desvinculando-se a ideia de que a incapacidade está sempre no sujeito e nunca em seu entorno. A educação inclusiva se impõe diante do fracasso escolar e exige da escola uma postura pedagógica fundada no respeito às diferenças sociais, culturais econômicas e pessoais e cobra da escola respostas educacionais através de currículos flexíveis adaptados e emprego de recursos didáticos tecnológicos que favoreçam e potencializem o aprender e, professores bem instrumentalizados para mediar a aprendizagem. A proposta de educação inclusiva efetiva-se prioritariamente através de turmas mistas, na qual todos os alunos, com ou sem necessidades especiais, devem estar inseridos em uma mesma turma. Integração esta, pilar central deste novo modelo de educação é ao mesmo tempo, o cerne das principais polêmicas, dificuldades e resistência para sua implantação. Parece difícil compreender que a escola deve ser igual para todos e diferente para cada um (SILVA; PEDRO; JESUS, 2017).

De acordo com Barboni *et al.* (2012), a fisioterapia preventiva escolar ainda representa um campo de atuação que precisa ser melhor explorado pelo fisioterapeuta, sendo que o autor cita ainda como principais focos de ação os aspectos relacionados à postura, problemas físicos e o estresse infantil. O trabalho do fisioterapeuta, geralmente, ocorre por meio da avaliação, buscando identificar as limitações, as dificuldades, as alterações, as capacidades, os interesses e as necessidades de cada criança. Recomendam que, na avaliação, devam ser observados e analisados todos os aspectos, motor, sensorial, cognitivo e comportamental, já que estes funcionam de maneira integrada. Afirmando que: cabe ainda ao fisioterapeuta identificar as barreiras que a criança enfrenta no ambiente escolar, bem como as expectativas e as exigências para ela poder funcionar nesse ambiente. Cumpre identificar as demandas que a criança enfrenta em relação ao seu enduro, sua mobilidade, força e destreza. Mencionam que cabe ao fisioterapeuta instruir o professor sobre o posicionamento adequado para determinada deficiência física, assim como orientá-lo na seleção e uso de equipamentos, mobiliários, dispositivos de suporte, adaptações e facilitação dos padrões posturais, bem como condições de funcionalidade do aluno, tanto no ambiente em sala de aula como em atividades extraclasses, como passeios, jogos recreacionais, enfim, em qualquer atividade.

O fisioterapeuta, então, busca através de sua visão global e de seus conhecimentos a respeito do desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM), facilitar a aquisição/ aprimoramento de certas habilidades e conceitos necessários, prévios ao processo de alfabetização. A intervenção fisioterapêutica nas escolas é também, frequentemente, conduzida a partir da relação entre a postura e o movimento da criança. O controle postural é responsável pela resistência à ação da gravidade e pela manutenção do equilíbrio do corpo durante os movimentos voluntários que exigem estabilidade de membros, tronco e corpo (BARBONI *et al.*, 2012).

Conforme Voos (2016) a atuação da fisioterapia no meio escolar para facilitar a inclusão de crianças com deficiência é recente. Para uma atuação mais participativa, é fundamental que os fisioterapeutas tenham conhecimento sobre os direitos dessas crianças. Entretanto, não basta assegurar a matrícula na escola: esse é apenas o primeiro passo. É importante realizar diversas visitas para avaliação do ambiente físico da escola, detecção de possíveis barreiras e planejamento de soluções. Além disso, o fisioterapeuta observar as atividades escolares para melhor compreender as habilidades que serão desenvolvidas, os possíveis desafios na interação com os pares e as formas de minimizar essas dificuldades. Por fim, devem ocorrer reuniões com a escola, com os demais profissionais de saúde e com a família para a determinação de metas. Os fisioterapeutas devem trabalhar em conjunto com outros profissionais para estabelecer diretrizes e modificações específicas para o transporte de crianças com deficiência (ônibus regular ou escolar), promover a aceitação dos estudantes com deficiência pelos profissionais e outros estudantes, planejar a acessibilidade a áreas recreativas, colaborar com os professores de educação física para desenvolver programas motores inclusivos, participar em diversas atividades de prevenção,

incluindo programas de triagem de alterações musculoesqueléticas e de desenvolvimento e programas de orientação para profissionais, pais e estudantes.

Voos (2016) complementa dizendo que os fisioterapeutas são a conexão entre as comunidades educacional e de saúde. Eles podem fornecer informação sobre várias condições, realizar/interpretar relatórios, facilitar a comunicação entre profissionais de saúde e educação e auxiliar no acesso aos recursos de saúde. Também podem fornecer aos profissionais de educação informações sobre intervenções para crianças com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva surgiu com a intenção de eliminar o afastamento e a discriminação das pessoas com deficiência no espaço escolar, possibilitando que a criança e/ou o adolescente com deficiência conseguissem ter os mesmos direitos de aprendizagem iguais aos alunos ditos normais. Neste sentido, a atuação dos fisioterapeutas é de suma importância, ajudando às crianças portadoras de necessidades especiais, como no estímulo do desenvolvimento neuropsicomotor normal, orientando aos funcionários, os educadores, na geração de estímulos, incentivando essas crianças à realização de suas atividades de vida diária.

Desta forma imagina-se que a escola, ao abrir suas portas para os alunos com deficiências, que se comunique e se orienta com profissionais da educação e da saúde sobre as particularidades e instrumentos adequados para que aquele aluno naquele ambiente escolar, sem discriminações e que promove o maior e melhor aprendizado possível.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Benedita Gonçalves de; TANCREDI, Cleunice Carvalho da Rosa; SCHNORR, Marilene Maria. O professor e a educação inclusiva. Belo Horizonte/MG, 1ª Edição, p. 12-21, 2022.

BARBONI, Helen Cristina Ramos; GONÇALVES, Marilene Aparecida de Oliveira; MIOLINO, Paola; ZALOTI, Rodolfo Matos; SILVA, Solange Pereira da. Recurso terapêutico na educação especial. Revista Científica do Centro Universitário de Jales (Unijales), 5ª Edição, p. 116-122, 2012.

BARBOSA, Ana Karla Gomes; BEZERRA, Tarcileide Maria Costa. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, volume 2, 2021.

SILVA, Berenice Mª Dalla Costa da; PEDRO, Vanize Dalla Costa; JESUS, Eliane Maria de. EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2017.

VOOS, Mariana Calli. O papel do fisioterapeuta na inclusão escolar na educação infantil. Editora assistente da revista Fisioterapia & Pesquisa, 2016.

PALAVRAS-CHAVE: Criança, Escola inclusiva, Fisioterapia